



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL EM PONTA PORÃ E QUESTÕES QUE ENVOLVEM O CONTINGENTE DE EDUCANDOS BRASILEIROS, PARAGUAIOS EBRASILEÑOS/BRASIGUAIOS EM CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA

Tânia Alves Marques

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
E-mail: tania.alves.marques@hotmail.com*

Elenir Alves Pinto Ferreira

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
E-mail: wilson_elenir@hotmail.com*

INTRODUÇÃO

Inegavelmente, a Educação Escolar não pode ser vista como algo padrão aplicável igualmente em todas as regiões brasileiras. Há necessidade de intervenções específicas de acordo com a característica de cada lugar, sendo esses aspectos algo cobrado das lideranças governamentais, a fim de que se respeite a identidade local e não se imponha a cultural de grandes centros ao interior do país, pois as dificuldades enfrentadas não são as mesmas havendo a necessidade de um tratamento que busque corrigir os problemas existentes e que valorize a cultura de cada região. Sob essas perspectivas necessita-se um olhar diferenciado para as regiões de fronteira, que são todas diferentes umas das outras. Nesse sentido a fronteira Brasil- Paraguai em Ponta Porã apresenta *diferenças* ainda mais diferentes, afinal a travessia seca entre esses dois países “permite” o livre acesso de um lado para outro, dos habitantes desses países, refletindo fortemente na Educação, pois muitos estudantes das escolas brasileiras são descendentes paraguaios, residem no país vizinho, mas estudam no Brasil. Os motivos são vários. Um deles é o econômico, pois no Paraguai a Educação é cobrada (um valor simbólico, mas que muitos não podem pagar).

Vale salientar que, da década e 1990 em diante, “o conceito de integração escolar para todos cede espaço à inclusão. Esse novo conceito pretende garantir que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, todavia, adaptadas para atender às diferenças individuais” (SILVA, SEABRA JR, ARAÚJO: 2008). Contudo, no Paraguai, as crianças e adolescentes em condição de deficiência não frequentam a escola chamada regular, mas apenas aquela chamada de especial. Esse fato gera desencontros na escola brasileira, uma vez que muitas famílias de pessoas em condição de deficiência oriundas daquele país não aderem às orientações para atendimentos educacionais especializados.

O trabalho que se vem desenvolvendo – cujo recorte apresentamos aqui – abarca, portanto, questões de ordem cultural e de linguagem, pois no dia-a-dia das escolas de fronteira os alunos vindos do Paraguai geralmente falam dois idiomas – o espanhol e o guarani - e no Brasil são ensinados em Português. Nosso olhar caminhará no sentido dessas questões, alinhando-as às



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

preocupações no entorno do educando em condição de deficiência que também é afetado dentro desse contexto.

METODOLOGIA

Optamos pelo método da pesquisa exploratória diante do pouco conhecimento nessa região no entorno do fenômeno exposto, no sentido de trazer à tona a realidade fronteiriça dos educandos em condição de deficiência, estudantes das escolas estaduais brasileiras.

É preciso ainda dizer que o estudo em andamento faz parte do projeto de pesquisa “O Escolar em Condição de Deficiência na Fronteira Brasil/Paraguai”, do Grupo de Estudos em Acessibilidade – GEPA, ligado ao Laboratório de Acessibilidade – LABAC, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Ponta Porã. O que ora se apresenta é a aplicação piloto do questionário a seis (6) professores do ensino médio da região periférica da cidade de Ponta Porã para testagem da objetividade e validade das questões no sentido de ser capaz de elucidar os aspectos iniciais propostos para estudo que acontecerá mais à frente. Como estratégia para coleta de dados, portanto, desenvolveu-se o questionário composto de 17 perguntas, todas abertas. As perguntas são as seguintes:

1. Quantos educandos matriculados nas escolas brasileiras estaduais são nascidos e residentes no Paraguai?
2. Destes, quantos falam apenas o guarani?
3. Quantos falam apenas o espanhol?
4. Quantos também falam o português?
5. Quantos educandos são nascidos e residentes no Brasil, porém com pais ou avós paraguaios?
6. Quantos não têm origem paraguaia, nas escolas brasileiras, em Ponta Porã?
7. Quantos destes educandos possuem uma condição de deficiência?
8. Dos que possuem deficiência (com laudo), quantos foram encaminhados para os atendimentos com especialistas dentro ou fora da escola?
9. Dos encaminhados, quantos estão em efetivo acompanhamento?
10. Quantos aguardam laudo e há quanto tempo?
11. Quantos, apesar do encaminhamento da escola, ainda não possuem laudo e qual o motivo da negativa?
12. Qual a idade e ano escolar desses educandos?
13. Já repetiu de ano?
14. Se sim, quantas vezes em qual(quais) anos escolares?
15. Qual a deficiência desses educandos?
16. É deficiência congênita ou adquirida?
17. Se adquirida, há quanto tempo?

A abordagem qualitativa utilizada aqui busca respostas objetivas, contudo leva em conta as subjetivas que compõem a realidade das questões do contingente de estudantes paraguaios que estudam nas escolas brasileiras na região de fronteira.

RESULTADOS



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O piloto desenvolvido possibilitou as seguintes constatações:

1. Que o questionário deve ser encaminhado à respectiva secretaria de cada escola, uma vez que em Ponta Porã não tem secretaria estadual ou delegacia estadual de educação;
2. Que o formato do questionário está adequado;
3. As perguntas foram consideradas claras e diretas, possibilitando o alcance do objetivo proposto para o instrumento;
4. O tempo mínimo para coleta é de trinta dias, segundo os professores respondentes.

DISCUSSÃO

O GEPA dirige seu olhar para o estudo de questões abarcadas sob o rótulo da “inclusão” na fronteira Brasil-Paraguai, mais especificamente para os aspectos da inclusão de pessoas em condição de deficiência no contexto escolar. Se o desejo de uma escola que, em última análise, faça sentido para o educando é uma meta de todos, para o GEPA ela é especialmente cara, dadas as peculiaridades da região da fronteira Ponta Porã (Brasil)-Pedro Juan Caballero (Paraguai).

Uma escola “eficiente” só será alcançada, como entendemos, na medida em que ela educar para a autonomia, olhando indistintamente para todos aqueles que estão na escola, independentemente de suas diferenças (SILVA, SEABRA JR, ARAÚJO: 2008; SILVA, ARAÚJO, DUARTE: 2004). Mas na região em que estamos, essa escola tem ainda de lidar com as questões culturais inerentes à vida na fronteira – e que não são, de maneira alguma, acessórias.

Portanto, o imaginário no entorno de uma Escola que dê conta de aproximar-se de todos os seus educandos precisa de fato ser concretizado. Afinal, essa escola deve fazer sentido para seus meninos e meninas (*mitays* e *mitacuñays*), sejam eles em condição de deficiência ou não. O que dizer da escola fronteiriça que, ao lidar com a pessoa em condição de deficiência, esbarra nas questões culturais imbricadas numa fronteira seca (cidades gêmeas Pedro Juan Caballero – Paraguai/Ponta Porã – Brasil)?

É ainda mais urgente entender que “cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade” (SANTOS: 1983, p. 15). Isso significa, conforme Taylor (apud LARAIA: 2001, p. 14), que as características culturais são múltiplas, pois o conceito de cultura “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Assim, essas diferenças humanas presentes na região fronteiriça Brasil/Paraguai em Ponta Porã devem compor o currículo escolar, levando, inclusive, a questionamentos acerca dos currículos dos cursos superiores que formam professores nessa localidade. Segundo Sobrinho (2005), a qualidade educacional ultrapassa as camadas técnicas e científicas atingindo os mais profundos e diferenciados sentidos filosóficos, sociais e políticos.

CONCLUSÕES

As peculiaridades encontradas na fronteira Brasil-Paraguai merecem atenção especial, pois a falta de iniciativas que valorizem o hibridismo cultural dessa região não favorecem as relações entre pessoas. Essas relações se estabelecem e materializam nas concepções educacionais, fruto da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

cultura que não se acomoda nesse lado ou no outro da fronteira, mas se constrói na intersecção das relações e não tem como ser separada por uma linha (seca) que nesse caso não é imaginária.

A falta de sensibilidade e de entendimento com relação a essa região já provocou e continuará provocando sentimentos de rivalidade e intolerância históricas e “mudar as atitudes tem a ver com questões profundas do comportamento humano que envolvem, dentre outros aspectos, o conhecimento de si e do outro e do mundo.” (SILVA, ARAÚJO, DUARTE: 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, C. P. Percursos da investigação em tecnologia em Portugal: uma abordagem temática metodológica a publicações científicas. Monografia em Educação. Braga: CIED. Universidade do Minho. 2005.

DOS SANTOS, J. Luiz. O que é cultura. São Paulo. Editora Brasiliense, 2006, Coleção primeiros passos. 16. ed. 1996.

LARAIA, R. B. Cultura um conceito antropológico. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 60 p. 2001.

SILVA, R. de F. da; ARAÚJO, P. F. de; DUARTE, E. Inclusão educacional: uma “roupa nova” para um “corpo velho”. EF Deportes, Buenos Aires, ano 10, n. 60, 2004.

SILVA, R. de F. da; SEABRA JÚNIOR, L; ARAÚJO, P. F. de. Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional. São Paulo: Phorte, 2008.

SOBRINHO, J. L. Avaliação institucional: a experiência da UNICAMP, Condições, princípios e processos. Pro-Posições, Campinas, v.6, n.1, . 41-54, mar. 2005.